



Demonstrações Contábeis Regulatórias

Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Em 31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	9



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8° ao 10° andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Diretores e Administradores da
Transmissora Porto Alegre de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Transmissora Porto Alegre de Energia S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 933/2021, de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A companhia Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 28 de março de 2023.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatória, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatória representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Roberto Cesar Andrade dos Santos', is written over the printed name.

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC - RJ093771/O

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.683	4.220
Contas a receber de clientes	5	937	824
Tributos a recuperar	6	1.314	997
Adiantamentos diversos		-	1.016
Despesas antecipadas		69	40
Total do Ativo Circulante		10.003	7.097
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Contrato de mútuo - parte relacionada		98	98
Imobilizado	7	57.605	60.304
Total do Ativo Não Circulante		57.703	60.402
Total do Ativo		67.706	67.499
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		206	31
Impostos corrente a pagar		36	33
Obrigações trabalhistas e sociais		29	-
Encargos setoriais		309	308
Contas a pagar		998	1.000
Empréstimos	8	3.097	1.547
Instrumentos financeiros derivativos	8.1	2.727	264
Dividendos a pagar	9	3.559	1.038
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	10	83	94
Total Passivo Circulante		11.044	4.315
Não Circulante			
Contas a pagar		-	998
Empréstimos	8	34.557	36.480
Instrumentos financeiros derivativos	8.1	-	1.860
Provisão contingente	11	164	-
Total Passivo Não Circulante		34.721	39.338
Patrimônio Líquido			
Capital social	12	38.146	38.146
Reserva legal	12	1.298	549
Reserva de lucros	12	10.675	-
Reserva de capital		6	6
Resultado do exercício	12	(28.184)	(14.855)
Total Patrimônio Líquido		21.941	23.846
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		67.706	67.499

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Demonstração do resultado do exercício
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	13	9.935	8.202
Custos dos bens construídos e serviços prestados	14	(3.555)	(5.044)
Resultado operacional bruto		6.380	3.158
Despesas e receitas operacionais			
Outras despesas e receitas operacionais	15	(1.092)	512
Resultado operacional antes do resultado financeiro		5.288	3.670
Despesas financeiras	16	(6.190)	(4.455)
Receitas financeiras	16	3.150	2.072
Resultado financeiro líquido		(3.040)	(2.383)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		2.248	1.287
Contribuição social	11	(192)	(130)
Imposto de renda	11	(402)	(248)
Contribuição social diferida		-	25
Imposto de renda diferida		-	20
Resultado líquido do exercício		1.654	954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	1.654	954
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do exercício	1.654	954

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Reservas de capital	Reserva de lucros	Reserva legal	Resultado do exercício	Total
Saldo em 01 janeiro 2021	38.146	(11.753)	6	4.910	345	-	31.654
Lucro (prejuízo) do exercício	-	954	-	-	-	-	954
Constituição de reservas	-	(204)	-	-	204	-	-
Constituição de Reservas de Lucro	-	4.910	-	(4.910)	-	-	-
Reversão Para Dividendos a Pagar	-	(5.962)	-	-	-	-	(5.962)
Dividendos Intercalares	-	(2.800)	-	-	-	-	(2.800)
Saldo em 31 dezembro 2021	38.146	(14.855)	6	-	549	-	23.846
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	1.654	1.654
Constituição de reservas	-	(11.424)	-	10.675	749	-	-
Dividendos propostos	-	(3.559)	-	-	-	-	(3.559)
Absorção do prejuízo acumulado	-	1.654	-	-	-	(1.654)	-
Saldo em 31 dezembro 2022	38.146	(28.184)	6	10.675	1.298	-	21.941

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição social	2.248	1.287
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>		
Depreciação / Amortização	2.714	-
Juros sobre empréstimos tomados	5.453	-
Instrumentos financeiros derivativos	603	(130)
Provisão (reversão) de contingências	164	-
Baixa de dividendos	-	(577)
Rendimento sobre aplicação financeira	(846)	-
	10.336	580
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(114)	169
Depósitos judiciais e cauções	-	(1)
Adiantamentos	1.016	-
Despesas antecipadas	(30)	-
Tributos a recuperar	(447)	(997)
Outros ativos	-	(312)
Fornecedores e outras contas a pagar	(826)	17
Contas a pagar	-	(5.087)
Impostos correntes a pagar	9	(1.659)
Obrigações trabalhistas e sociais	23	-
Outros passivos	1	(132)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(474)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	9.494	(7.422)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(14)	-
Venda de imobilizado	-	2.699
Aplicações financeiras e recursos financeiros	846	-
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	832	2.699
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de empréstimos	(760)	(396)
Juros pagos de empréstimos	(1.409)	-
Pagamentos de instrumentos financeiros	(3.657)	-
Pagamento de empréstimos - partes relacionadas	-	(6.061)
Dividendos pagos	(1.037)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(6.863)	(6.457)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	3.463	(11.180)
Varição do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	4.220	15.400
No final do exercício	7.683	4.220
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	3.463	(11.180)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto Social

A Transmissora Porto Alegrense de Energia S.A. (“Companhia” ou “TPAE”) é uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica regularizada e instalada no Estado do Rio Grande do Sul, com CNPJ nº 10.938.103/0001-50 e Inscrição Estadual CGC/TE nº 096/3313657. Foi Constituída com o objetivo de implantar, operar e manter uma linha de transmissão subterrânea de 12 km (230 kV) no Município de Porto Alegre em função da participação e vitória de seus sócios em um processo licitatório conduzido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 17 de maio de 2009.

A companhia tem como acionistas a V2i Energia S.A. (V2i) com 90,35% e a Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T, com 9,65%.

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia foi formalizado com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 29 de novembro de 2009, pelo prazo total de 30 anos. A linha de transmissão de energia, foi implantada com sucesso, estando desde maio de 2012 energizada e em fase de avaliação pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) para liberação e início de operação. Tal formalidade da ONS foi realizada em 02 de dezembro de 2013 por meio da Carta ONS nº 1467/100/2013, deliberando que a Companhia estava apta a operar de forma integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), desde 22 de novembro de 2013.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

- (I) Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;
- (II) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
- (III) Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;
- (IV) Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional—Continuação

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

- (V) Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;
- (VI) Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e
- (VII) Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

Em maio de 2019, a Companhia concluiu a fase de construção e entrou em operação. Devido a eficiência na construção das linhas de transmissão, a disponibilidade ocorreu 28 meses antes do prazo exigido pela ANEEL.

1.3. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1. Declaração de Conformidade

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual da Contabilidade do Setor Elétrico ("MCSE"), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica por meio da Resolução Normativa nº 933/2021, de 28 de maio de 2021.

As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações contábeis societárias da Companhia.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leito, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela diretoria em 28 de abril de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.2. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo *IASB International Accounting Standards Board*, não produziram impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

2.3. Moeda funcional e base de mensuração

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis regulatórias são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

3. Principais práticas contábeis regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias—Continuação

de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

Dado o não posicionalmente da ANEEL quanto a adoção e convergência dos Pronunciamento Técnico CPC 48 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, bem como quanto ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 16), com vigência a partir de janeiro de 2019, além das particularidades entre a contabilidade regulatória e a contabilidade societária prevista no MCSE. As práticas contábeis utilizadas são as mesmas descritas no item 3 das Demonstrações financeiras, exceto quanto ao se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a Companhia contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Companhia, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis regulatórias--Continuação

aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: São representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Juros e encargos financeiros: são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.1. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração – são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual,

essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente – para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2 Instrumentos financeiros—continuação

valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2 Instrumentos financeiros—continuação

Classificação e Mensuração – CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2 Instrumentos financeiros—continuação

ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2 Instrumentos financeiros—continuação

taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2022, compreendem saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração – os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente – a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado – passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2 Instrumentos financeiros—continuação

somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado – após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.4. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.4 Imobilizado—continuação

também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, ou pelo tempo máximo do contrato (CER), dos dois o menor.

3.5. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.6. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

3.7. Dividendos

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante, e são calculados conforme previsto no Art.202, I da lei das S.A. "Art. 202.os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a parcela dos lucros estabelecida no estatuto ou, se este for omissivo, a importância determinada de acordo com as seguintes normas:

I – metade do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7 Dividendos—continuação

- a) importância destinada à constituição da reserva legal (art. 193); e
- b) importância destinada à formação da reserva para contingências (art. 195) e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores;"

3.8. Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

3.9. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.10. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.11. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.12. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.12 Reconhecimento de receita—continuação

aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

3.13. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.14. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando o regime de tributação com base no lucro presumido. As despesas do imposto de renda e da contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente.

O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15% acrescentada do adicional de 10% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, apurada conforme legislação a uma alíquota de 12%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de fechamento e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia.

3.15. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa refere aos saldos abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Banco	392	195
Aplicação financeira (i)	7.291	4.025
Total	7.683	4.220

(i) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, sendo a grande maioria administrado pelo Banco Itaú, que tiveram no ano de 2022, remuneração média referenciada ao CDI de 107,5% (em 31 de dezembro de 2021 de 116%). A carteira do Fundo é por ativos considerados de baixo risco, como títulos públicos federais, debêntures e letras financeiras.

5. Contas a receber de clientes

O saldo de concessionária e permissionária refere aos saldos abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Concessionárias e permissionárias (a)	937	824
Total	937	824

(a) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$ 32 mil em 05/01/2023, R\$ 50 mil em 15/01/2023, R\$ 822 mil em 25/01/2023 e R\$ 33 mil em 05/02/2023. A Administração acredita que não há Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), visto que não houve mudança significativa nos valores contábeis dos instrumentos financeiros.

6. Tributos e contribuições a recuperar

O saldo de tributos e contribuições a recuperar refere aos saldos abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de renda	389	584
Imposto de renda retido na fonte	472	48
Contribuição social	306	289
Contribuição social retida	19	18
PIS retido	21	9
COFINS retido	100	43
Imposto pago a maior ou indevidamente	7	6
Total	1.314	997

Os saldos se referem a valores retidos na fonte que serão compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto de alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A composição do imobilizado em 2022 é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço – R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação e amortização	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transferências (B)	Baixas (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A) + (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Transmissão										
Máquinas e equipamentos - em serviço	3,34%	81.040	-	-	-	81.040	-	(24.594)	56.446	59.153
Administração										
Equipamentos de informática - em serviço	20%	10	13	-	-	23	13	(7)	16	9
Subtotal		81.050	13	-	-	81.063	13	(24.601)	56.462	59.162
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil										
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação e amortização	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transferências (B)	Baixas (C)	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A) + (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Transmissão										
Edificações, serviços civis e benfeitorias - em curso	0%	78	-	-	-	78	-	-	78	78
A ratear	0%	1.064	-	-	-	1.064	-	-	1.064	1.064
Administração										
Adiantamento a fornecedores	0%	-	1	-	-	1	1	-	1	-
Subtotal		1.142	1	-	-	1.143	1	-	1.143	1.142
Total do Ativo Imobilizado		82.192	14	-	-	82.206	14	(24.601)	57.605	60.304

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor líquido do ativo imobilizado é como segue:

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação Acumulada	31/12/2022 Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Transmissão					
Máquinas e equipamentos - em serviço	3,34%	81.040	(24.594)	56.446	59.153
Administração					
Equipamentos de informática - em serviço	20,00%	23	(7)	16	9
Subtotal		81.063	(24.601)	56.462	59.162
Em curso					
Transmissão					
Edificações, serviços civis e benfeitorias - em curso	0,00%	78	-	78	78
A ratear	0,00%	1.064	-	1.064	1.064
Administração					
Adiantamento a fornecedores	0,00%	1	-	1	-
Subtotal		1.143	-	1.143	1.142
Total		82.206	(24.601)	57.605	60.304

A composição das adições do exercício, por tipo de gasto capitalizado é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação	Outros Gastos	Total
Transmissão							
Edificações, serviços civis e benfeitorias - em curso	-	-	-	-	-	-	-
A ratear	-	-	-	-	-	-	-
Administração							
Adiantamento a fornecedores	-	1	-	-	-	-	1
Total das adições	-	1	-	-	-	-	1

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Empréstimos

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	31/12/2022	31/12/2021	Vencimento	Periodicidade amortização	(taxa efetiva de juros)
Financiamento Itaú (a)	36.480	37.240	15/10/2030	Semestral	CDI+2,65% a.a.
Juros	1.174	787			
Total	37.654	38.027			

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	31/12/2021	Pagamento de principal	Despesa de juros	Pagamento de juros	31/12/2022
Financiamento Itaú (a)	38.027	(760)	5.453	(5.066)	37.654
Total ao valor justo	38.027	(760)	5.453	(5.066)	37.654
Circulante	1.547				3.097
Não circulante	36.480				34.557

(a) Foi contratada operação de Capital de Giro no Itaú através da CCB n. 10012010000500, com reinvestimento de R\$38 milhões em outubro de 2020, primeiro pagamento em 15/04/2021 e vencimento em 15/10/2030.

Amortização da dívida

Os financiamentos classificados no têm seus vencimentos assim programados:

Vencimento	
2023	3.097
2024	1.375
2025	1.169
2026	258
2027 a 2030	31.755
	37.654

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.1. Instrumentos Financeiros Derivativos

	Taxa de juros	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Valor justo do ativo financeiro na ponta passiva IPCA	2,65 a.a.	15/10/2030	43.581	44.108
Valor justo do ativo financeiro na ponta passiva CDI			(40.854)	(41.984)
			2.727	2.124

SWAP (a)

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	2.727	264
Não Circulante	-	1.860
Total	2.727	2.124

(a) Atrelado ao empréstimo do Itaú referenciado no item acima, foi gerado um Contrato de SWAP n. 109820090005400, de 01 de outubro de 2020, junto ao Itaú. Foi utilizada a metodologia de valor justo para a mensuração do ativo e passivo financeiro. O valor justo na ponta passiva de IPCA, foi de R\$ 43.581 e o valor justo na ponta ativa de CDI, foi de R\$ 40.854, auferindo o resultado de R\$ 2.727 de resultado passivo.

9. Partes relacionada

9.1 Dividendos a pagar

Segue abaixo a movimentação dos dividendos a pagar:

	Saldo em 31/12/2021	Dividendos propostos	Pagamentos de dividendos	Saldo em 31/12/2022
V2I	937	3.215	(937)	3.215
CEEE-GT	101	344	(101)	344
Total	1.038	3.559	(1.038)	3.559

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Despesa de imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro presumido		
Receita anual permitida	10.289	8.682
Receita CDE	457	273
Receita operacional	10.746	8.955
Base presunção IRPJ 8%	860	716
Base presunção CSLL 12%	1.290	1.075
Receitas financeiras	846	371
IRPJ		
Base de IRPJ lucro presumido	1.706	1.087
Despesa de IRPJ	(402)	(248)
CSLL		
Base de CSLL lucro presumido	2.136	1.446
Despesa de CSLL	(192)	(130)
Total de despesas IRPJ/CSLL	(594)	(378)

10.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

A movimentação de IRPJ e CSLL estão demonstradas a seguir:

Saldo inicial dos impostos a pagar	(94)
Impostos calculados	(594)
Impostos compensados	130
Impostos pagos	475
Saldo final dos impostos a pagar	(83)

11. Provisão contingente

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer.

Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Em 31 de dezembro de 2022 houve uma atualização do processo onde se alterou o prognóstico para provável, e o valor da causa, como demonstrado abaixo.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão contingência civil	164	-
Total	164	-

12. Patrimônio líquido

Capital social

	<u>2022</u>			<u>2021</u>		
	<u>Subscrito/Integralizado</u>			<u>Subscrito/Integralizado</u>		
	<u>Quantidade de quotas</u>	<u>Capital social</u>	<u>% participação</u>	<u>Quantidade de quotas</u>	<u>Capital social</u>	<u>% participação</u>
V2i Energia	34.465.144	34.465	90,35%	34.465.144	34.465	90,35%
CEEE-GT	3.681.114	3.681	9,65%	3.681.114	3.681	9,65%
	38.146.258	38.146	100%	38.146.258	38.146	100%

Em 31 de dezembro de 2022 V2i Energia S.A. detém 90,35% do ativo Transmissora Porto Alegre de Energia S.A, os outros 9,65% pertencem à Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia (CEEE - GT).

O ativo foi adquirido pela V2i Energia S.A. em 30 de abril de 2020, a partir de um acordo de compra e venda realizado com a Procable Energia e Telecomunicações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício societário	14.983	4.089
Reserva legal 5%	(749)	(204)
Reserva legal anos anteriores	549	345
Reserva legal do ano	749	204
Total	1.298	549

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, conforme determinado no estatuto social da empresa. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral.

O cálculo da destinação dos dividendos mínimos obrigatórios no exercício de 2022 ocorreu da seguinte forma:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício societário	14.983	4.089
Reserva legal	(749)	(204)
Base dos dividendos:	14.234	3.885
Alíquota	25%	100%
Dividendos propostos	3.559	3.885

Em 2021 a administração decidiu distribuir 100% do resultado.

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício societário	14.983	4.089
Reserva legal 5%	(749)	(204)
Dividendos propostos	(3.559)	(3.885)
Reserva de lucro anos anteriores	-	4.910
Constituição (reversão) da reserva de lucro	10.675	(4.910)
Total	10.675	-

Prejuízos acumulados

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial	(14.855)	(11.753)
Lucro do exercício regulatório	1.654	954
Constituição (reversão) da reserva de lucros	(10.675)	4.910
Constituição da reserva legal	(749)	(204)
Dividendos propostos	(3.559)	(3.885)
Dividendos pagos	-	(4.910)
Saldo final	(28.184)	(14.855)

Lucro por ação

O saldo do resultado por ação é composto conforme representado abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	14.983	4.089
Lucro por ação	0,3928	0,1072

A Companhia não possui instrumento diluidor.

13. Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita anual permitida	10.289	8.682
Receita CDE	457	273
Encargos do consumidor	(419)	(403)
PIS sobre faturamento	(70)	(79)
COFINS sobre faturamento	(322)	(271)
Total	9.935	8.202

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Custo com materiais	(209)	(73)
Custo com serviços tomados	(539)	(401)
Custo com depreciação e amortização	(2.708)	(2.708)
Custo com mensalidade O.N.S	(9)	-
Custo com provisão contingente	(164)	-
Custo com pessoal	-	(16)
Reversão de provisão	74	-
Demais custos	-	(1.846)
Total	(3.555)	(5.044)

15. Outras despesas e outras receitas operacionais

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas com pessoal	(230)	(16)
Serviços de terceiros tomados	(555)	(657)
Depreciação e amortização	(6)	(1)
(-) Recuperação de despesas	-	1.008
Outras despesas operacionais	(434)	(698)
Outras receitas operacionais	133	876
Total	(1.092)	512

16. Resultado Financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Tarifas	(46)	(32)
Juros e variações monetárias	(5.453)	(3.045)
IOF, comissões e taxa	(63)	-
Despesa com swap	(603)	(1.377)
Outras despesas financeiras	(25)	(1)
Despesas financeiras	(6.190)	(4.455)
Receita com aplicação financeira	846	428
Receitas com swap	2.304	1.644
Receita financeira	3.150	2.072
Resultado financeiro, líquido	(3.040)	(2.383)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado	Nível	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	2	7.683	4.220
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Concessionárias e permissionárias	2	937	824
Passivo mensurados pelo custo amortizado			
Empréstimos	2	37.654	38.027
Instrumentos financeiros e derivativos	2	2.727	2.124
Fornecedores	2	206	31

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- **Nível 1** — preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- **Nível 2** — preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- **Nível 3** — ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possuem outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo. A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão — TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo nos e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

b) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, O índice de endividamento é de 1,92887% em 31 de dezembro de 2022.

c) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices,

até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

17.2. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

18. Cobertura de seguros

	Modalidade	Importância segurada	Período de Vigência
Seguro Tokio Marine (a)	Risco Operacional	15.000	26 de agosto de 2022 até 26 de agosto de 2023
Chubb Seguros Brasil (b)	Responsabilidade Civil	15.000	31 de março de 2022 até 31 de março de 2023

(a) Seguro de risco operacional, com apólice 960 0000002809, emitido pela Tokio Marine Seguradora, com limite máximo de indenização de R\$ 15 milhões.

(b) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, com apólice 02852.2022.0021.0351.0007574, pela AXA Seguros, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$ 15 milhões.

19. Evento subsequente

A Companhia possui seguro de responsabilidade civil geral, através da apólice 02852.2022.0021.0351.0007574, pela AXA Seguros, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, com limite máximo de indenização de R\$ 15 milhões. Em 2023, o seguro mencionado já foi renovado conforme a apólice 02852.2023.0021.0351.0009664, tendo sua vigência de 31 de março de 2023 até 31 de março de 2024.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador, apresentada no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933/2021, de 28 de maio de 2021. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Balanço Patrimonial Societário e Regulatório Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2022	Ajuste	31/12/2022
	Regulatório		Societário
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.683	-	7.683
Contas a receber de clientes	937	-	937
Tributos a recuperar	1.314	-	1.314
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(i) -	6.629	6.629
Despesas antecipadas	69	-	69
Total do Ativo Circulante	10.003	6.629	16.632
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Contrato de mútuo - parte relacionada	98	-	98
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(i) -	81.979	81.979
Imobilizado	(ii) 57.605	(57.588)	17
Total do Ativo Não Circulante	57.703	24.391	82.094
Total do Ativo	67.706	31.020	98.726
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	206	-	206
Impostos corrente a pagar	36	-	36
Obrigações trabalhistas e sociais	29	-	29
Encargos setoriais	309	-	309
Contas a pagar	998	-	998
Empréstimos	3.097	-	3.097
Instrumentos financeiros derivativos	2.727	-	2.727
Dividendos a pagar	3.559	-	3.559
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	83	-	83
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(iii) -	212	212
Total Passivo Circulante	11.044	212	11.256

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não Circulante				
Empréstimos		34.557	-	34.557
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(iii)	-	2.624	2.624
Provisão contingente		164	-	164
Total Passivo Não Circulante		34.721	2.624	37.345
Patrimônio Líquido				
Capital social		38.146	-	38.146
Reserva legal		1.298	-	1.298
Reserva de lucros		10.675	-	10.675
Reserva de capital		6	-	6
Prejuízos acumulados		(28.184)	28.184	-
Total Patrimônio Líquido	(iv)	21.941	28.184	50.125
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		67.706	31.020	98.726

		31/12/2021	Ajuste	31/12/2021
		Regulatório		Societário
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		4.220	-	4.220
Contas a receber de clientes		824	-	824
Tributos a recuperar		997	-	997
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(i)	-	9.339	9.339
Adiantamentos diversos		1.016	-	1.016
Despesas antecipadas		40	-	40
Total do Ativo Circulante		7.097	9.339	16.436
Não Circulante				
Realizável a longo prazo				
Contrato de mútuo - parte relacionada		98	-	98
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	(i)	-	79.036	79.036
Imobilizado	(ii)	60.304	(60.295)	9
Total do Ativo Não Circulante		60.402	18.741	79.143
Total do Ativo		67.499	28.080	95.579

Passivo				
Circulante				
Fornecedores		31	-	31
Impostos corrente a pagar		33	-	33
Obrigações trabalhistas e sociais		-	-	-
Encargos setoriais		308	-	308
Contas a pagar		1.000	-	1.000
Empréstimos		1.547	-	1.547
Instrumentos financeiros derivativos		264	-	264
Dividendos a pagar		1.038	-	1.038
Imposto de renda e Contribuição social a pagar		94	-	94
Total Passivo Circulante		4.315	-	4.315

Não Circulante				
Contas a pagar		998	-	998
Empréstimos		36.480	-	36.480

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros derivativos		1.860	-	1.860
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	(iii)	-	13.225	13.225
Total Passivo Não Circulante		39.338	13.225	52.563
Patrimônio Líquido				
Capital social		38.146	-	38.146
Reserva legal		549	-	549
Reserva de capital		6	-	6
Prejuízos acumulados		(14.855)	14.855	-
Total Patrimônio Líquido	(iv)	23.846	14.855	38.701
Total Passivo e do Patrimônio Líquido		67.499	28.080	95.579

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

		31/12/2022	Ajuste	31/12/2022
		Regulatório		Societário
Receita operacional líquida	(v)	9.935	232	10.167
Custos dos bens construídos e serviços prestados	(vi)	(3.555)	2.708	(847)
Resultado operacional bruto		6.380	2.940	9.320
Despesas e receitas operacionais				
Outras despesas e receitas operacionais		(1.092)	-	(1.092)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		5.288	2.940	8.228
Despesas financeiras				
Despesas financeiras		(6.190)	-	(6.190)
Receitas financeiras		3.150	-	3.150
Resultado financeiro líquido		(3.040)	-	(3.040)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social				
		2.248	2.940	5.188
Contribuição social		(192)	-	(192)
Imposto de renda		(402)	-	(402)
Contribuição social diferida	(iii)	-	2.522	2.522
Imposto de renda diferido	(iii)	-	7.867	7.867
Resultado líquido do exercício	(vii)	1.654	13.329	14.983

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		31/12/2021	Ajuste	31/12/2021
		Regulatório		Societário
Receita operacional líquida	(v)	8.202	524	8.726
Custos dos bens construídos e serviços prestados	(vi)	(5.044)	2.707	(2.337)
Resultado operacional bruto		3.158	3.231	6.389
Despesas e receitas operacionais				
Outras despesas e receitas operacionais		512	-	512
Resultado operacional antes do resultado financeiro		3.670	3.231	6.901
Despesas financeiras		(4.455)	-	(4.455)
Receitas financeiras		2.072	-	2.072
Resultado financeiro líquido		(2.383)	-	(2.383)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		1.287	3.231	4.518
Contribuição social		(130)	-	(130)
Imposto de renda		(248)	-	(248)
Contribuição social diferida	(iii)	25	(42)	(17)
Imposto de renda diferido	(iii)	20	(54)	(34)
Resultado líquido do exercício	(vii)	954	3.135	4.089

20.1. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

(i) Ativo de contrato e concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

(ii) Imobilizado

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e intangível, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações contábeis societárias, o ativo imobilizado e o ativo intangível da Companhia, foram reconhecidos como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais. As premissas específicas para o ativo imobilizado, ativo intangível e obrigações especiais, reconhecidos na contabilidade regulatória são garantir que não sejam refletidos os

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

impactos da adoção do CPC 47 e que os valores estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL. Como a Companhia não está sujeita à revisão tarifária os valores considerados são os custos históricos.

O intangível de concessão refere-se à alocação de mais valia decorrente das combinações de negócios registradas pela Companhia. Para fins societários, esse saldo é classificado como ativo de contrato.

(iii) Impostos e contribuições sociais correntes e diferidos

Os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL correntes e diferidos.

(iv) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido societário	50.125	38.701
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(88.608)	(88.375)
Imobilizado, intangível e investimentos (CPC 47)	57.588	60.295
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos (CPC 47)	2.836	13.225
Patrimônio líquido regulatório	21.941	23.846

(v) Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro de concessão, quando aplicável, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(vi) Custos e despesas operacionais

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de implementação de infraestrutura e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional, são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(vii) Lucro líquido do exercício

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios, decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido societário	14.983	4.089
Receita bruta (CPC 47)	(232)	(524)
Custo operacionais - Materiais (CPC 47)	(2.708)	(2.707)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 47)	(10.389)	96
Lucro líquido regulatório	1.654	954

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

*

*

*

Diretoria executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora Financeira

Vagner Alexandre Serratto
Diretor de Operações

Responsável técnico pelas informações contábeis

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9